

Banco Standard de Investimentos S.A

Demonstrações financeiras consolidadas
Conglomerado Prudencial
31 de dezembro de 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras - Conglomerado Prudencial	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos
Diretores e Acionistas do
Banco Standard de Investimentos S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Standard de Investimentos S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280 de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas nas notas explicativas nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Standard de Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidado para o semestre e exercícios findos naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativas nº 2 às referidas demonstrações financeiras, que divulgam:

- a.** As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da instituição para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.
- b.** Por ser a primeira apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração do Banco optou pela faculdade prevista no § 2º do art. 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, e não estão sendo apresentadas, de forma comparativa, as demonstrações referentes as datas bases anteriores a 31 de dezembro de 2014.



Outros assuntos

O Banco elaborou demonstração financeira individual para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações na mesma data.

São Paulo, 16 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Luciana Liberal Sâmia', written over a horizontal line.

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Banco Standard de Investimentos S.A.**Conglomerado Prudencial****Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)*

Ativo	Notas	2014	Passivo	Notas	2014
Circulante		<u>130.173</u>	Circulante		<u>28.486</u>
Disponibilidades	4	<u>643</u>	Outras obrigações		<u>28.486</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	<u>116.109</u>	Fiscais e previdenciárias		580
Carteira própria		116.109	Diversas	11	27.906
Outros créditos		<u>13.338</u>	Exigível a longo prazo		<u>1.806</u>
Diversos	9	13.338	Outras obrigações	11	<u>1.806</u>
Outros valores e bens		<u>83</u>	Diversas		1.806
Despesas antecipadas		83			
Realizável a longo prazo		<u>6.770</u>			
Outros créditos	9	<u>6.770</u>			
Diversos		6.770			
Permanente	3h.	<u>2.649</u>	Patrimônio líquido	12	<u>109.300</u>
Investimentos		<u>1</u>	Capital social:		
Outros investimentos		1	De domiciliados no exterior		111.588
Imobilizado de uso		<u>2.499</u>	Lucros ou prejuízos acumulados		(2.288)
Outras imobilizações de uso		9.651			
Depreciação acumulada		(7.152)			
Intangível		<u>149</u>			
Ativos intangíveis		1.063			
Amortização acumulada		(914)			
Total do ativo		<u><u>139.592</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>139.592</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Standard de Investimentos S.A.

Conglomerado Prudencial

Demonstrações de resultados

Exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais, exceto o lucro/(prejuízo) por ação)

		<u>2º semestre de 2014</u>	<u>Exercício</u>
	Notas	2014	2014
Receitas da intermediação financeira		<u>12.772</u>	<u>22.817</u>
Rendas de operações de crédito	7	4.700	4.705
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5c.	8.072	18.089
Resultado de operações de câmbio	8	-	23
Despesas da intermediação financeira		<u>(1.766)</u>	<u>(6.535)</u>
Despesas de captação no mercado	10a.	(1.766)	(6.530)
Despesas de empréstimos e repasses	10a.	-	(6)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	-	1
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>11.006</u>	<u>16.282</u>
Outras receitas/(despesas) operacionais		<u>(13.602)</u>	<u>(17.548)</u>
Receitas de prestação de serviços	18a.	2.274	23.170
Despesas de pessoal	18b.	(14.213)	(30.772)
Outras despesas administrativas	17	(5.359)	(12.030)
Despesas tributárias		(444)	(2.427)
Outras receitas operacionais	18d.	4.350	5.256
Outras despesas operacionais	18c.	(210)	(745)
Resultado operacional		<u>(2.596)</u>	<u>(1.266)</u>
Resultado não operacional	18e.	<u>(886)</u>	<u>(871)</u>
Resultado antes da tributação sobre o resultado		<u>(3.482)</u>	<u>(2.137)</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>-</u>	<u>-</u>
Participações estatutárias no lucro		<u>(151)</u>	<u>(151)</u>
Lucro / (Prejuízo) líquido do semestre		<u>(3.633)</u>	<u>(2.288)</u>
Quantidade de ações		<u>111.587.801</u>	<u>111.587.801</u>
Lucro / (Prejuízo) líquido por ação do capital social - R\$		<u>(0,03)</u>	<u>(0,02)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Standard de Investimentos S.A.

Conglomerado Prudencial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios e semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>135.889</u>	<u>549</u>	<u>4.650</u>	<u>(29.500)</u>	<u>111.588</u>
Redução de capital:					
Redução de capital	(24.301)	(549)	(4.650)	29.500	-
Lucro do exercício	-	-	-	1.345	1.345
Destinações:					
Reserva legal	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>67</u>	<u>(67)</u>	<u>-</u>
Saldos em 30 de junho de 2014	<u>111.588</u>	<u>-</u>	<u>67</u>	<u>1.278</u>	<u>112.933</u>
Redução de capital:					
Redução de capital	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	-
Prejuízo do semestre	-	-	-	(3.633)	(3.633)
Destinações / Reversões:					
Reserva legal	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(67)</u>	<u>67</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>111.588</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.288)</u>	<u>109.300</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Standard de Investimentos S.A.

Conglomerado Prudencial

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>2º semestre</u>	<u>Exercício</u>
	<u>2014</u>	<u>2014</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro ou prejuízo líquido do exercício	<u>(3.633)</u>	<u>(2.288)</u>
Ajustes ao lucro líquido	<u>(2.283)</u>	<u>(2.175)</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1)
Depreciação e amortização	797	1.836
Despesa com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	(3.967)	(4.882)
Perda na alienação de imobilizado	887	872
Resultado ajustado	<u>(5.916)</u>	<u>(4.463)</u>
Variação de ativos e obrigações	<u>5.367</u>	<u>2.357</u>
Aumento em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	92.538	79.825
Aumento em operações de crédito	-	221
(Aumento) /redução em outros créditos	(1.536)	18.530
Redução em outros valores e bens	-	148
Aumento redução em depósitos	(91.462)	(87.171)
Redução em outras obrigações	5.827	(8.975)
Redução em obrigações por empréstimos e repasses	-	(221)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(549)</u>	<u>(2.106)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso	(2)	(7)
Alienação de imobilizado	160	224
Aquisição no intangível	(33)	(33)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimentos	<u>125</u>	<u>184</u>
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	<u>(424)</u>	<u>(1.922)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre / exercício	1.067	2.565
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre / exercício	<u>643</u>	<u>643</u>
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	<u>(424)</u>	<u>(1.922)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Conglomerado Prudencial

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Standard de Investimentos S.A. (“Banco”) é parte integrante do Standard Bank Group (SBG) de origem Sul Africana e está organizado sob a forma de banco de investimento, tendo como objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas em Lei e aplicáveis aos bancos de investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

No Brasil, o SBG iniciou suas atividades em 1998 como um escritório de representação do Standard Bank Plc. Em 2001, constituiu a Standard Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda “SB DTVM”. Durante o ano de 2002, a SB DTVM se transformou em banco de investimento através de aprovações obtidas perante o Banco Central Sul Africano e o Banco Central do Brasil onde atuava com empresas de grande porte oferecendo operações estruturadas no mercado de capitais, assessoria em fusões e aquisições, produtos estruturados de tesouraria, financiamento de projetos, *commodities* metálicas e financiamento de operações comerciais. Em Abril de 2012, em decorrência da desaceleração da economia mundial e a crise na Europa, o Standard Bank Group revisou sua estratégia global, redirecionando seus esforços em negócios que desenvolvam laços econômicos entre Brasil, África e China, mantendo foco nas áreas onde o Banco tem histórico de especialização e liderança como recursos minerais e financiamento de projetos.

Em Março 2014, o Standard Bank Group assinou acordo com o Grupo Financiero Inbursa SAB, grupo bancário mexicano listado em bolsa (INBURSA), no qual o INBURSA pretende adquirir a subsidiária do Grupo Standard Bank no Brasil. A transação já obteve aprovação dos órgãos reguladores no México e África do Sul e aguarda a aprovação do Bacen.

O Grupo Standard Bank mantém sua estratégia de atender clientes brasileiros que tenham interesse em desenvolver negócios com o continente africano. Para isso, formalizou um pedido de uma licença de escritório de representação no Brasil junto aos órgãos reguladores.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, tendo sido adotada a opção pela faculdade prevista no § 2º do art. 10 desta Circular, quando a não apresentação das informações comparativas relacionadas a 31 de dezembro de 2013.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente com o intuito de verificar sua aderência.

O Conglomerado Prudencial abrange o Banco Standard de Investimentos S.A., cujo o patrimônio em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 109.300 e o Savoy Referenciado DI Fundo de Investimentos, cujo o patrimônio em 31 de dezembro de 2014 é de R\$116.092, na qual o Banco Standard tem 100 % das cotas.

Em ata de assembléia geral ordinária e extraordinária realizada em 14 de Abril de 2014, foi aprovada a extinção do conselho de administração e atribuída a Diretoria da Administração da Sociedade, em decorrência deste fato, a autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria do Banco em 16 de Março de 2015.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, sendo as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas e taxas flutuantes são atualizadas diariamente até a data do balanço.

b. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram fundamentadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinar o valor adequado a ser apresentado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação e impostos diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas mensalmente.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimentos dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do semestre. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independentemente do prazo de vencimento;
- (ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício; e
- (iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados ao resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

f. Operações de crédito

São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Conforme Carta-Circular nº 3.105 do Banco Central do Brasil, os saldos devedores apresentados por contas de resultado de natureza credora, decorrentes da contabilização da variação cambial incidente sobre operações de crédito, são reclassificados para a rubrica “Outras despesas operacionais”.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando-se a classificação pelo nível de risco e de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, atendidas as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN.

g. Instrumentos financeiros derivativos

Os ativos e passivos objetos de proteção e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são demonstrados pelo valor de custo, ajustados ao mercado, com as correspondentes valorizações e desvalorizações reconhecidas no resultado do período.

As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em conta de compensação e os ajustes, prêmios e diferenciais a receber/a pagar em contas patrimoniais.

Outros ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização ou exigibilidades e contemplam as variações monetárias, bem como os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

h. Permanente

Imobilizado de uso - demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens imobilizados é calculada pelo método linear, às taxas anuais:

- móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança - 10%;
- equipamentos de processamento de dados - 20%;
- instalações em propriedades de terceiros - depreciação conforme o prazo dos aluguéis contratados.

Ativo intangível - corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada ou pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

i. Impairment de ativos não-financeiros

O Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566 com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como *ágio* e *marca*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

j. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro que exceder a R\$ 240 anual.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados, quando aplicável, na rubrica “Outros Créditos - Diversos”. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários

são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, e refletidos no resultado do exercício, ou quando aplicável, no patrimônio líquido. A Alta Administração decidiu pela reversão total dos créditos tributários constituídos até o exercício de 2012, após análise do estudo técnico, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.059/02.

k. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

l. Provisões, ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:

- (i) **Provisões** - são obrigações presentes reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, for considerado a saída de recursos para a liquidação das obrigações.
- (ii) **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- (iii) **Passivos Contingentes** - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão nem divulgação.
- (iv) **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2014
Disponibilidades em moeda nacional	<u>643</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>643</u>

5 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelo custo de aquisição e classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria “Títulos disponíveis para venda”, sendo estes apresentados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustados pelos seus valores de mercado na data do balanço, sendo o ajuste positivo ou negativo, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta específica do patrimônio líquido denominada “Ajuste ao valor de mercado (TVM)”. Em 31 de dezembro de 2014 a carteira era composta por:

a. Composição da carteira

	<u>Vencimento</u>	<u>2014</u>	
	Sem vencimento	Valor de mercado	Valor de custo atualizado
Disponíveis para venda			
Letras Financeiras do Tesouro - Livres	<u>116.109</u>	<u>116.109</u>	<u>116.109</u>
Total disponíveis para venda	<u>116.109</u>	<u>116.109</u>	<u>116.109</u>
Total em 2014	<u>116.109</u>	<u>116.109</u>	<u>116.109</u>

b. Custódia dos títulos e valores mobiliários

As cotas de fundos de investimentos na CETIP S.A. - Mercados Organizados.

c. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	<u>2014</u>
Rendas de títulos de renda fixa	<u>18.089</u>
Total	<u>18.089</u>

6 Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>2014</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	
Saldo no início do exercício	(1)
Reversão de provisão	<u>1</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>-</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a recuperação de créditos baixados para prejuízo de R\$ 4.496. Em 31 de dezembro de 2014, não havia provisão para outros créditos sem característica de concessão de crédito, cujos títulos e créditos a receber estavam registrados em “Outros créditos - Diversos”, Nota Explicativa 09.

7 Resultado de operações de crédito

	<u>2014</u>
Rendas de financiamentos a exportação	209
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	<u>4.496</u>
Total	<u>4.705</u>

8 Carteira de câmbio

Em função da nova estratégia adotada pelo SBG conforme descrito no relatório da administração, o banco não está efetuando novas operações e não possui posições em aberto na carteira de câmbio.

Os resultados de operações de câmbio foram:	2014
Rendas de câmbio	34
Despesas de câmbio	<u>(11)</u>
Total	<u>23</u>

9 Outros créditos - Diversos

	2014
Adiantamento e antecipações salariais	46
Devedores por depósitos em garantia (*)	4.043
Impostos e contribuições a compensar	2.727
Valores a receber de sociedades ligadas (vide nota 15b)	<u>13.292</u>
Total	<u>20.108</u>
Total curto prazo	<u>13.338</u>
Total longo prazo	<u>6.770</u>

(*) Refere-se a depósitos decorrentes de exigência legal para interposição de recursos em juízo relativos a impostos e contribuições sociais.

10 Captações

a. Depósitos e Obrigações por repasses

Em 31 de dezembro de 2014 o Banco não possui Depósitos, Obrigações para Empréstimos e Repasses no País e no Exterior

Resultado com captações

	2014
Despesas de depósitos a prazo	(6.451)
Outros	(79)
Total de despesas de captação no mercado	<u>(6.530)</u>
Resultado de empréstimos e repasses (*)	<u>(6)</u>
Total de despesas com captações	<u>(6.536)</u>

(*) O resultado obtido na captação com empréstimos e repasses é composto por juros e variação cambial do período.

11 Outras obrigações diversas

	2014
Provisão para despesas de pessoal	27.219
Provisão para outras despesas administrativas	1.267
Provisão para passivos contingentes (vide nota 14)	1.806
Outros pagamentos	-
Total	<u>30.292</u>
Total curto prazo	<u>28.486</u>
Total longo prazo	<u>1.806</u>

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2014 está dividido em 111.587.801 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no montante de R\$ 111.588.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 14 de abril de 2014, foi aprovado a redução do capital, mediante a incorporação dos prejuízos acumulados no valor de R\$ 24.301 passando o capital de R\$ 135.889 para R\$ 111.588. O referido ato societário foi homologado pelo Banco Central do Brasil, em 29 de maio de 2014.

b. Dividendos

Conforme estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da Lei. Por deliberação do Conselho de Administração, e observadas as disposições legais, a distribuição de dividendos aos acionistas pode ocorrer na forma de juros sobre o capital próprio.

c. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer destino até o limite definido pela legislação societária.

13 Crédito tributário, imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	2014
Apuração de imposto de renda/contribuição social correntes	
Resultado antes da tributação sobre o resultado e participações	(2.288)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>(2.288)</u>
Adições/(exclusões)	<u>(5.406)</u>
Ajuste a valor de mercado de derivativos	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(175)
Provisão para contingências trabalhistas	(4.882)
Adições/(exclusões) temporárias	(7.571)
Adições/(exclusões) permanentes	7.222
Base tributável antes da compensação de Prejuízo Fiscal	<u>(7.694)</u>
Base tributável para Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(7.694)</u>

b. Créditos tributários não ativados

O Banco possui prejuízos fiscais de R\$ 140.250 e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis (Despesas de Pessoal e Contingência) de R\$ 30.193, sobre os quais não foram constituídos créditos tributários de imposto de renda (25%) e contribuição social (15%) no montante de R\$ 68.177, esses valores serão registrados quando atenderem aos aspectos regulamentares e / ou apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudos e análises elaboradas pela Administração e pelas normas do Bacen.

14 Contingências

- **Contingência classificada com risco de perda provável:** o Banco adotou os procedimentos previstos na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão no montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com ações trabalhistas em curso, cujo risco representa R\$ 1.806.
- **Contingências classificadas com risco de perda possível:** não reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais destas ações, entende que estes processos, abaixo relacionados, não produzirão efeitos patrimoniais:
 - (a) Trata-se de processo de natureza fiscal relativo a prestação de serviços para o exterior - PIS e COFINS oriundo de autos de infração lavrados em 25 de maio de 2010, por meio dos quais a Fiscalização constituiu os créditos tributários de PIS e da COFINS, relativos aos períodos de junho, julho e dezembro de 2005, janeiro, março, novembro e dezembro de 2006 e junho, setembro e dezembro de 2007, acrescidos de multa de ofício e juros de mora. A fiscalização entendeu que tais receitas deveriam ser incluídas nas bases de cálculo das mencionadas contribuições, vez que, não restou comprovado que tais valores decorreriam de efetiva prestação de serviços, razão pela qual não seria aplicável a isenção prevista nos artigos 5º, inciso II da Lei nº 10.637/02 e 6º, inciso II da Lei nº 10.833/03. Em razão dos argumentos jurídicos desenvolvidos na defesa apresentada, das provas documentais anexadas e da atual jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os assessores jurídicos e a Administração, entendem que a probabilidade de perda é possível, com boas chances de êxito. Em 31 de dezembro de 2014, o valor do auto monta a R\$ 9.268.
 - (b) Trata-se da Ação Ordinária nº 0008792-39.2009.4.03.6100, na qual se pleiteia o reconhecimento de créditos de IRPJ e CSLL e a necessária homologação de compensações correlatas. Os débitos *sub judice* contam com depósito judicial, que lhes serve de causa suspensiva, conforme despacho da RFB às fls. 117 do PA16327-001499/2010-19. O valor do depósito judicial totaliza R\$ 4.043.
 - (c) Trata-se de ações trabalhistas em curso cujo risco representa R\$ 10.102.

Não há causas cíveis contra o Banco de conhecimento da Administração.

15 Partes relacionadas

a. Remuneração da Administração

Remuneração dos empregados e administradores - De acordo com o Estatuto Social do Banco, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 14 de abril de 2014, foi fixado o valor anual de remuneração global dos administradores do Banco até o valor máximo de R\$ 10.000, para o exercício de 2014.

No semestre findo em 31 de dezembro de 2014, os gastos com remuneração, compreendidos por salários, bônus, férias, indenizações, entre outros, relativos ao pessoal-chave da Administração foram de R\$ 8.482.

b. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem transações com a entidade controladora, SBIC Investments S.A., a parte controladora final, a Standard Bank Group, e as entidades controladas por ela.

As transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir para 31 de dezembro de 2014:

		2014	
	Grau de relação	Ativo (passivo)	Receitas (despesas) exercício
Receita de prestação de serviços			
Standard Bank PLC	Ligada	13.292	13.605

16 Indicadores de risco - Índice de Basileia e Limite de Imobilização

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio de referência - PR compatível com os riscos de suas atividades, superior a 11% do Patrimônio Exigido. O índice de Basileia II em 31 de dezembro de 2014 corresponde a 66,03 %.

	2014
Patrimônio de referência ajustado (Nível I e II) - PR	109.300
Patrimônio de referência exigido - PRE	18.208
Margem para o limite de compatibilização do PR com o PRE	91.092
Índice de imobilização - Resolução nº 2.283/96	2,42%

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência (PR). Os recursos aplicados no ativo permanente estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência (PR) na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2014, o Banco encontra-se enquadrado neste limite.

17 Outras despesas administrativas

Processamento de dados	(3.122)
Serviços técnicos especializados	(2.249)
Depreciação e amortização	(1.836)
Aluguéis	(1.349)
Manutenção e conservação de bens	(624)
Comunicações	(460)
Viagens	(419)
Água, energia e gás	(199)
Publicações	(101)
Transportes	(88)
Serviços do sistema financeiro	(74)
Promoções e relações públicas	(61)
Propaganda e publicidade	(26)
Segurança	(6)
Outras	<u>(1.416)</u>
Total	<u>(12.030)</u>

18 Outras informações

a. Receitas de prestação de serviços refere-se a prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira a clientes no montante de R\$ 9.565, a Standard Bank PLC no montante de R\$ 13.605.

b. Despesas de pessoal referem-se a:

	2014
Proventos	(20.696)
Encargos sociais	(6.550)
Benefícios	(1.607)
Honorários	(1.785)
Despesa de remuneração de estagiários	(45)
Treinamento	<u>(89)</u>
Total	<u>(30.772)</u>

c. Outras despesas operacionais referem-se ao perdão de dívida de operações de crédito no montante de R\$ (27) , provisão para contingências trabalhistas de R\$ (718).

d. Outras receitas operacionais referem-se, principalmente, à atualização monetária de depósito judicial no montante de R\$ 326, e reversão de provisão para contingências trabalhistas de R\$ 4.930.

e. Resultado não operacional refere-se principalmente a despesa obtida com venda de ativo imobilizado no montante de R\$ (871).

f. Risco operacional - Em conformidade com o requerido pela Resolução nº 3.380/06 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Standard de Investimentos S.A. mantém uma estrutura específica para o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades operacionais. A gestão dos riscos operacionais é realizada através da disponibilização de ferramentas, divulgação de políticas e metodologias corporativas, com o intuito de evitar possíveis falhas ou inadequação dos processos executados por pessoas ou sistemas internos. A gestão é feita em âmbito

corporativo e é escopo de contínua avaliação dos auditores internos e externos. Os pontos identificados de não conformidade são comunicados à alta Administração que se reúne com o objetivo de avaliar e monitorar tais eventos, de modo a garantir uma eficiente gestão dos riscos operacionais e mitigação de possíveis perdas na Instituição.

- g.** Risco de mercado - Em conformidade com a Resolução nº 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Standard de Investimentos S.A. mantém estrutura específica para o gerenciamento dos riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*) de suas transações. Este gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, por área administrativa que atua de forma independente a área de negócios. O Banco Standard de Investimentos S.A. realiza acompanhamento diário dos níveis de exposição e assegura compatibilização de suas posições frente aos limites regulatórios e operacionais.
- h.** Risco de liquidez - Objetivando o gerenciamento da exposição ao risco de liquidez, o Banco adota instrumentos para controle de fluxo de caixa e previsão de necessidades ou excesso de recursos com devida antecedência, de tal forma que seja possível a antecipação de medidas preventivas. A alta Administração monitora a reserva mínima de liquidez, que é utilizada para tomada de decisões em conformidade com o Plano de Liquidez da Instituição. Na condução da política de gerenciamento do risco de liquidez são considerados os passivos contratados junto à matriz (vide nota 15b), bem como os ativos existentes e classificados como disponível para venda (vide nota 5a).
- i.** Risco de crédito - A Administração adota como premissa básica para concessão de crédito a capacidade da empresa em apresentar fluxo de caixa adequado, de modo a dar continuidade normal às suas atividades. As competências nas decisões de crédito são atribuídas segundo a política de alçadas que observa o montante, prazo e garantias da operação. Todas as propostas submetidas têm seu risco avaliado conforme procedimentos internos determinados para os diferentes segmentos. As operações de créditos têm sua avaliação focada na capacidade de geração de caixa das empresas e nos fatores de risco associados à operação. O Banco não pauta sua decisão somente pelo nível das garantias oferecidas, que deve ser observado como acessório ao risco incorrido, e as administra com rigor, através de profissionais com larga experiência na atividade.
- j.** Gestão de Capital - A gestão de capital é realizada em conjunto com a Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração com base nas atividades coordenadas pela Área de Finanças, em conformidade com a Resolução nº 3.988/11 do Banco Central do Brasil, e tem como objetivo manter o capital ajustado aos riscos incorridos pelo BSI de forma compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão de sua exposição a riscos.
- k.** Mais informações sobre as estruturas de gerenciamento do capital, risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado estão disponíveis no endereço eletrônico: www.standardbank.com/brasil (não auditado).
- l.** A Administração efetuou avaliação das disposições contidas na Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, efeito da conversão em Lei da Medida Provisória 627/13, e, tendo em vista a natureza das atividades do banco e seus benefícios, não optou pela antecipação da sua vigência no ano calendário de 2014, acatando as alterações propostas pela lei a partir de 1º de janeiro de 2015.